

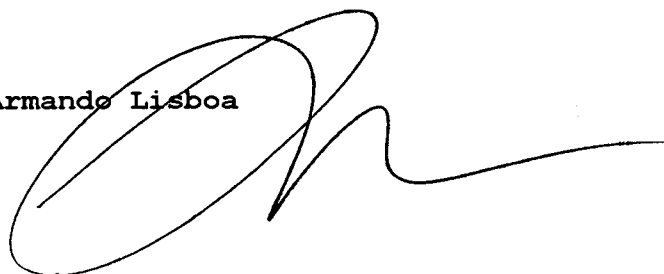
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

"CRISE - A EMERGÊNCIA DO SEPARATISMO
NO SUL DO BRASIL"

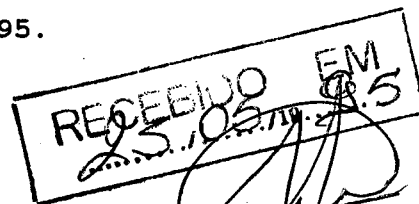
Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas
para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Mono-
grafia.

Por: Eder Bernardino Cordova Macedo

Orientador: Prof. Armando Lisboa




Florianópolis, maio de 1995.

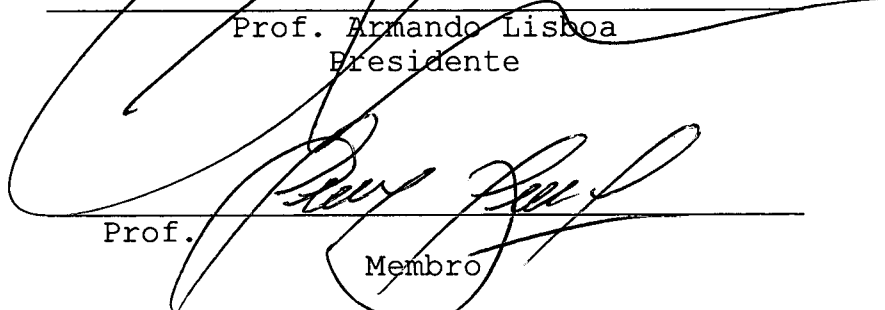


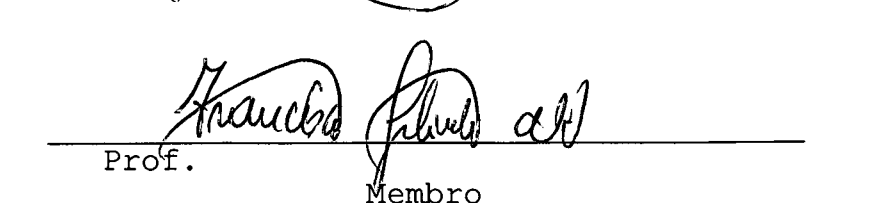
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota *6.5.....* ao aluno Eder Bernardino Cordova Macedo na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:


Prof. Armando Lisboa
Presidente


Prof. Paulo José
Membro


Prof. Francisco
Membro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.1. PROBLEMA.....	10
1.2. OBJETIVOS.....	11
1.2.1. <i>Objetivo Geral</i>	11
1.2.2. <i>Objetivos Específicos</i>	11
1.3. METODOLOGIA.....	12
CAPÍTULO II SEPARATISMO - UMA IDÉIA QUE VEM DE LONGE.....	13
2.1. RIO GRANDE DO SUL - INTEGRAÇÃO TARDIA.....	15
2.2. A REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	16
CAPÍTULO III UNIDADE NACIONAL	20
3.1. FEDERALISMO.....	22
3.2. CONFEDERAÇÃO	25
3.3. A FEDERAÇÃO ACORRENTADA.....	26
CAPÍTULO IV CRISE E A EMERGENCIA DO SEPARATISMO NO SUL.....	31
4.1. O SEPARATISMO NO MUNDO	32
4.2. O SEPARATISMO NO SUL DO BRASIL.....	34
4.2.1. <i>Movimento “República do Pampa Gaúcho”</i>	36
4.2.2. <i>Movimento “O Sul é o Meu País”</i>	39
4.3. CAUSAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DO ATUAL SEPARATISMO	42
4.3.1. <i>A Crise Econômica</i>	42
4.3.2. <i>Distorções no Sistema Representativo</i>	44

<i>4.3.3. O Clientelismo a Serviço das Elites Nordestinas</i>	<i>44</i>
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXOS	53

A todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente na elaboração desta monografia.

RESUMO

Se verifica o surgimento de movimentos separatistas a nível de planeta. Diante da crise que se aprofundou na última década ("década perdida"), emergiu de um extremo a outro do país diversos movimentos separatistas, sendo que é no Sul do país que os sentimentos separatistas ^{SÃO} mais veement~~es~~. No Sul do Brasil se destacam o movimento "O Sul é o meu país" e o movimento "República do Pampa Gaúcho".

As idéias separatistas não são novas, iremos encontrar ao longo da história brasileira diversos movimentos com características separatistas, principalmente no período regencial tais como: revolução farroupilha no Rio Grande do Sul, a cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão, a sabinada na Bahia, entre outros.

A unidade nacional não se deu de modo espontâneo (econômica e social). Foi uma decisão política imposta. O nosso modelo de federalismo surgiu de um Estado unitário. O país se articulou através de pactos centralizadores, que garantiram a integridade do imenso território nacional e o processo de industrialização do país a partir da década de 30.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em todo o Brasil, vem ocorrendo a emergência de Movimentos Separatistas, principalmente a nível de região Sul do país. O Movimento Separatista, a exemplo de distúrbios sociais, religiosos, e étnicos que vêm se registrando em todo o mundo, está diretamente ligado à crise económica Atual que afeta o sistema capitalista e às tentativas de superação dessa crise.

O tema vem recebendo, a partir do início da década de 90, espaços cada vez maiores nos meios de comunicações, encontrando crescente acolhida em certos segmentos da opinião pública, ainda hoje minoritários, receptivos à idéia de se construir um novo país - Uma nova Suíça, não se dando conta de que têm uma grande chance de se construir um novo Paraguai. (Pesavento, 94).

As idéias separatistas não são novas, iremos encontrar ao longo da história brasileira movimentos com características separatistas. Mas é no período regencial que o colapso da união esteve mais eminente, com o surgimento de diversas revoltas seccionistas, tais como a revolução farroupilha, no Rio Grande do Sul, a sabinada, na Bahia, a cabanada, no Grão Pará, e a Balaiada no Maranhão, entre outras.

Historicamente um tema recorrente na relação do Rio

Grande do Sul com o Brasil é justamente a tensão entre autonomia e integração. Percebe-se a artimanha política ideológica, que joga ora com afirmação de seu pertencimento ao Brasil, ora com a insistência em mostrar um Rio Grande do Sul capaz de sobreviver independente do Brasil.

A unidade nacional não nasceu espontaneamente da integração econômica e social, ela se fez, se manteve e se consolidou como vontade política - vontade política que faltou ao império espanhol na América.

As condições necessárias a existência da Federação realizaram-se de maneira imperfeita ao longo da história e tenderam, a partir de 1930, a fortalecer cada vez mais a União em detrimento das autonomias locais.

A injustiça na representação política e nas distribuições dos recursos federais são argumentos que movem os separatistas do sul do país, aumentando as tensões inter-regionais. "O preconceito é o combustível que alimenta está quimera".

Existem dois focos separatistas no Brasil. Um foco localizado no Nordeste e outro no Sul do país, mas é no Sul do país que o sentimento separatista é mais veemente, surgindo diversos movimentos separatistas, no qual se destacam o movimento "O Sul é Meu País" e o movimento "República do Pampa Gaúcho".

O separatismo indica uma das pontas visíveis de uma crise geral mais profunda e abrangente. A crise e a própria reação à ela que os separatistas preconizam é o que compete examinar.

1.1. PROBLEMA

Observa-se hoje, a eclosão de movimentos separatistas não só na região Sul, bem como, em outras partes do país.

Esses movimentos seriam mais fruto do acaso ou de causas mais profundas? O que leva nesse momento essas idéias separatistas a encontrar um campo fértil a sua expansão?

O movimento seccionista dos distúrbios religiosos, étnicos e separatistas vem se registrando em todo mundo está diretamente ligado à crise econômica atual que abala todo o sistema capitalista e as tentativas de superação dessa crise.

Podemos citar que um dos motivos do avanço do movimento separatista está relacionado a não implementação de uma verdadeira federação.

Podemos também questionar se em nome da correção dos desequilíbrios federativos não se escamoteia interesses menos nobres.

A falência do Estado desenvolvimentista junto com a mundialização do capital, também repousa sobre a atual crise econômica e desempenha um papel chave no florescimento das idéias separatistas, pelo fato de ele não mais ter condição de sustentar o crescimento e atender as demandas sociais crescentes.

Pouco a pouco, as populações ricas de alguns estados avançam na idéia de dividir o país que, às vezes por

milagre, manteve-se unido.

Até recentemente, acreditava-se na possibilidade e vantagens do crescimento econômico levar os homens à igualdade. Percebe-se agora que na sua tendência tradicional, o crescimento no Brasil, leva a uma sociedade apartada. O separatismo é a proposta de explicitar esta diferença, criando países diferentes.

A perspectiva da autonomia, afirmação das identidades regionais significa necessariamente separatismo, criação de fronteiras e novos estados?

Enfim, por trás das propostas separatistas, muitas vezes travestido de federalismo-autonomista, não estaria contido numa resposta reacionária à crise nacional, usando as diferenças como arma contra os direitos civis, fundando-se no preconceito e na discriminação.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

- Estudo do separatismo a partir da crise mundial.

1.2.2. Objetivos Específicos

- O separatismo à nível mundial;
- Crise do Estado-nação e a emergência do separa-

tismo no Brasil ;

- Separatismo, alternativas frente à crise;

- Separatismo no contexto da formação da nação brasileira;

- Contribuir para o surgimento de questionamentos e reflexões que possibilitarão maiores conhecimento em relação as manifestações separatistas que estão ocorrendo no Sul do país;

- Crise atual e a emergência do separatismo no Sul do país.

1.3. METODOLOGIA

O presente trabalho de monografia consiste de uma pesquisa onde procurar-se-á levantar a problemática do separatismo mostrando causas e origens e questionando o mesmo enquanto a alternativa frente a crise.

Mostrar-se-á que a emergência do separatismo está relacionado à crise mundial, falência do Estado-nação e que no mundo globalizado, afirmação do regional não tem sentido, nem eficácia se confundido com a condenação exógeno o do diferente.

Estudara-se de modo específico o separatismo no sul do Brasil, resgatando seu histórico, relacionando a emergência do mesmo com à crise da sociedade brasileira.

CAPÍTULO II

SEPARATISMO - UMA IDÉIA QUE VEM DE LONGE

Iremos encontrar ao longo da história brasileira uma série contínua de revoluções, rebeliões e lutas de caráter separatista, no qual algumas províncias chegam à proclamar repúblicas que são posteriormente massacradas por forças imperiais.

"(...) idéias liberais oriundas da Revolução Francesa, independência dos Estados Unidos e revolução do Haiti tiveram grande influência junto ao Brasil colônia, fazendo surgir nesse período movimentos libertários na América Portuguesa, e principalmente no período regencial onde muitos foram caracterizados como movimentos separatistas" (Queiroz, 1994:2)

No período regencial surgem movimentos com características separatistas - cabanagem no Pará, balaiada no Maranhão, sabinada na Bahia e a revolução farroupilha no Sul. A proliferação de rebeliões nas províncias ameaça retalhar a imensa e frágil unidade territorial do país.¹

Esses movimentos manifestam o desejo de autodeterminação local reagindo ao estado de submissão política, administrativa e econômica em que se encontravam as províncias face ao poder central.

¹ A carência de meios de comunicação interna e a economia agroexportadora vinculava as províncias mais com o exterior do que umas com as outras.

O país apresentava um quadro de crise: crise econômica-financeira; declínio dos tradicionais produtos de exportação como o algodão, fumo e o açúcar; estagnação econômica-social da região norte e nordeste; imensa legião de excluídos e miseráveis; disputa de poder entre os membros da classe dominante, gerando agitação social, revoltas provinciais e rebeliões populares.

Os ressentimentos em relação à crise favorecia o surgimento de manifestações pelos mais diversos motivos. Conflitos sociais e políticos, tensão entre o poder central e as províncias possibilitou o surgimento de movimentos com características separatistas, apesar de na maioria das vezes não ser este o objetivo principal.

De 1835 à 1840 surge no Pará a cabanagem - a população pobre vivia em cabanas à beira de rios, em péssimas condições de sobrevivência. A cabanagem irá se distinguir dos demais movimentos pelo fato único em que as camadas populares chegaram ao poder.

A Balaiada no Maranhão (1838-1844) também se destaca como uma rebelião de massa. Apesar de o povo não ter chegado ao poder, foi um intenso movimento popular contra à fome, à miséria, à intolerância das elites e os abusos das autoridades.

A sabinada, ocorrida na Bahia (1837-1838), aonde se chegou a ser proclamada a República Bahiense, se moveu pelo anseio de autonomia local.

" Essa revolta contra o presidente da província tem um aspecto peculiar, pois a República Bahiense deveria durar até a maioria de D.

Pedro II , quando então a Bahia deveria voltar a integrar o Império Brasileiro, o que atesta o caráter de não ser totalmente contrária a monarquia ." (Queiroz, 1994:7)

2.1. Rio Grande do Sul - Integração Tardia

O Rio Grande do Sul foi na história colonial do Brasil uma região sem importância, de economia inexpressiva. Por ser sem importância a ocupação se deu de forma tardia.

A forma de ocupação se dá militarmente, muito longe da coroa. Desde os primórdios do século XVII, os habitantes não conquistam para a coroa, e sim pela ânsia de obterem poder e riqueza.

O Rio Grande do Sul, comparativamente as demais áreas de domínio português na América, demorou para integrar-se ao processo de colonização.

A província gaúcha, uma região muito afastado e isolada geograficamente, tinha pouco interesse para a coroa. O interesse do governo colonial é chegar à região platina, ter acesso ao contrabando de Potosí.

A colonização rumo ao sul se configurou de modo específico, de um lado o caráter militar-fronteiriço da área (enfrentamentos direto com os espanhóis), por outro lado, a presença de interesses econômicos desvinculados da lavoura de exportação.

Embora descoberto no começo do século XVI, o Rio Grande do Sul vai se integrar ao resto do país somente a

partir do século XVII, com a criação do gado xucro com a finalidade de exportar o couro para a Europa.

Na passagem do século XVII para o século XVIII, a florescente mineração na zona das "gerais" veio dar um significativo impulso à demanda de gado sulino.

Devido à condição de fronteira, de ponto estratégico, a coroa portuguesa outorgou maior autonomia aos setores dominantes da sociedade gaúcha (elemento de barganha).

Contrabando no prata e rebanho de gado se constituíram nos pilares da economia gaúcha. Com a decadência da mineração, o sul já tinha alternativas econômicas - o trigo e o charque.

"Através da criação de gado e da produção de charque, o Rio Grande do Sul integrou-se à economia central de exportação de forma subsidiária, como abastecedor do mercado interno. Com isso, o Rio Grande passava a possuir uma riqueza econômica, deixando de ser considerado apenas como um ponto estratégico da defesa do contrabando no Prata." (Pesavento, 1985:30)

2.2. A Revolução Farroupilha

O movimento farroupilha surge a partir do sentimento de marginalização, da consciência de perda da importância econômica e política do Rio Grande de Sul em relação ao resto do país (Oliveira, 1989).

A revolução farroupilha na verdade não foi uma revolução e sim uma luta de elite. Foi uma das mais das mais conservadoras do período regencial brasileiro, enquanto que as lutas do norte e nordeste foram muito mais progressistas

e perigosas do que a revolução farroupilha.

Foi no período regêncial em que o colapso da união esteve mais próximo de se tornar realidade, eclodindo movimentos de cunho separatistas de um extremo ao outro do país. A mais longa dessas lutas, a revolução farroupilha, sob a liderança dos estanceiros e charqueadores gaúchos, desafiou o poder central, conseguindo enfim barganhar com a corte.

No período regencial se deu a ascensão do café como o novo setor de ponta da economia, reintegrando à economia brasileira ao mercado internacional. A oligarquia mandatária central, portanto, nada mais é do que a oligarquia cafeeira.

O movimento farroupilha terá origem nas insatisfações das oligarquias gaúcha com relação ao excesso de centralização política imposta pelo governo central e no sentimento de que o Rio Grande do Sul era explorado economicamente pelo resto do país.

O Rio Grande do Sul se integrou à economia central de exportação de forma subsidiária e tardia, como abastecedora do mercado interno, tendo como principal produto o charque.

Os produtores de charque sentiram um duro golpe por parte do governo central que liberou a importação do charque platino (barateando o preço dos alimentos dos escravos), indo de encontro aos interesses dos cafeicultores. Outro ponto de conflito se referia ao excesso de centralismo por

parte do governo imperial que nomeava os presidentes das províncias sobrepondo os interesses das oligarquias regionais. A província se sentia prejudicada pela centralização de recursos por parte do governo central, o qual tinha poder de arbitrar o percentual de recursos mantido na província.

Manifestando o limite a que se chegou a tensão entre o poder central e o regional, em 1835 eclode a revolução farroupilha desafiando o governo imperial.

Os farroupilhas extrapolam o conceito de federalismo (autonomia, direito de escolha do presidente de província), proclamando a República Rio-Grandense em 1836, rompendo os laços da província com o império.

Se verifica existência de controvérsias a respeito do predomínio do caráter separatista ou federalista do movimento farroupilha, apesar de haver um consenso quanto ao caráter federalista do movimento. (Pesavento, 1985)

No entender de Molon, os farroupilhas não queriam a perda de contato com o mercado interno, a ponto de proporem uma união de Estados independentes e soberanos.

"(...)e a própria criação da República Juliana, em Santa Catarina, como uma segunda república independente e não atrelada à Rio-Grandense, também chamada Piratini, sugere o desejo de relações horizontais entre Estados e Estados. (...) Para a concretização desse projeto, contudo, era necessária, sim, a separação ou a quebra do antigo pacto que unia a província ao império (...)" (Molon, 1994:78)

Enfim, os farroupilhas buscaram o reconhecimento da república Rio-Grandense como nação soberana.

Tendo em vista os eventuais conflitos que se avizinhava no Prata, em 1845, o governo imperial ofereceu a paz honrosa.

A revolução farroupilha se transformou num mito - manifestação do espírito de "bravura", de "independência", de "desprendimento" do povo gaúcho. Ideologicamente utilizado para ocultar o que foi na verdade a revolução farroupilha - uma revolta, uma luta da elite gaúcha contra o poder central, no qual a massa rural apenas serviu de instrumento de luta.

Estes movimentos autonomista encerram-se justamente no período de consolidação do Estado Nacional brasileiro.

"A afirmação do café como elemento dinamizador da economia brasileira levou à uma progressiva articulação das economias regionais, que se intensificou ao longo do séc. XX, com a crescente integração do mercado nacional. A questão separatista, por um longo tempo, foi afastada do debate político" (Bandeira, 1993:206)

CAPÍTULO III

UNIDADE NACIONAL

América Espanhola, com o processo de emancipação política, fragmentou-se em uma série de republicas, enquanto que a América Portuguesa se manteve unida. Podemos apontar, dentre outros, os seguintes motivos:

- Ao contrário da América Espanhola, no caso brasileiro, os diversos setores da classe dominante tinham algo em comum a manter: o sistema escravista - verdadeiro fator de unidade nacional, elemento básico de homogeneização;

- As bases dos respectivos projetos coloniais foram diferentes. Enquanto a América portuguesa adotou o sistema de capitanias hereditárias, a América hispânica por sua vez manteve o sistema de vice reinado;

- Foi decisivo a transferência da corte portuguesa para o Brasil a partir de 1808, resultando no surgimento de uma administração centralizada no Rio de Janeiro, constituindo-se num centro de decisões e realizações em torno do qual gravitam as províncias;

- A interiorização da corte será determinante na forma relativamente pacífica como ocorreu nossa indepen-

dência.

"Se a independência houvesse resultado de uma luta prolongada, dificilmente ter-se-ia preservado a unidade territorial, pois nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais para impor a unidade. Os interesses regionais constituíam uma realidade muito mais palpável do que a unidade nacional, a qual só começou realmente a existir quando se transferiu para o Rio de Janeiro o governo português. A luta ingente de Bolívar, para manter a unidade de nova Granada, constitui um exemplo do difícil que é impor uma idéia que não encontra correspondência na realidade dos interesses dominantes" (Furtado, 1968:102)

A interiorização da corte será determinante na forma como se deu a independência do país, bem como, da vitória do projeto imperial bragantino - Estado monárquico, centralizado, ainda absolutista (Estado Unitário).

A vitória do projeto imperial bragantino não significou a inexistência de outros projetos de organização de um Estado nacional no Brasil, inclusive sob a forma republicana. Porém, a ruptura com o modelo monárquico representaria uma possibilidade concreta de fragmentação territorial do país.

Segundo Maria Ligia Prado, o temor das elites ao processo de desintegração da América hispânica aproximou os diversos setores da classe dominante para posições bastante conservadoras. A unidade territorial aparecia como uma extraordinária conquista que precisava ser preservada à qualquer custo. Havia a tendência de se apoiar a manutenção da monarquia como meio de se preservar a unidade territorial do país (os liberais mais radicais, apesar de suas posições federalistas, não se opunham à monarquia constitu-

cional).²

Luíz Roberto Lopez afirma que a falta de um setor hegemónico da classe dominante possibilitou que a monarquia impusesse o centralismo unitarista acima de federalismos centrifugadoras, criando uma unidade nacional.

"A política colonial criara os rudimentos do centralismo. A política imperial levou o processo além. Em ambos os momentos, se percebe que a unificação do Brasil se fez como opção do Estado e não enquanto gesto espontâneo da integração de uma sociedade que as condições geo-econômicas construíram dispersas e heterogênea. "
 "(Lopez, 1988:47)

No pós 1822, quando o Estado nacional ainda estava em formação, faltava uma efetiva integração da nação.

Os processos econômicos encarregaram-se de promover a integração territorial do País. A ascensão do café como novo setor de ponta da economia brasileira, possibilitou uma progressiva articulação das economias regionais, a qual irá se intensificar ao longo do século XX, com a crescente integração do mercado nacional (Bandeira, 1994).

"Esta tendência unificadora não se interrompe com a descentralização republicana de 1889 - apenas temporariamente se abranda - para logo a seguir, com Vargas, a partir de 1930 retornar seu ciclo "
 "(Camargo, 1992:3)

3.1. Federalismo

Federalismo é uma forma de Estado, um modelo extra

² O republicanismo foi uma bandeira importante apenas nas rebeliões separatistas, como a confederação do Equador de 1824, no Nordeste, e a revolução farroupilha de 1835, no Rio Grande do Sul (Prado, 1986:65)

-europeu de organização do Estado, no qual os indivíduos estão sujeitos a dois centros de poder: ao governo federal e ao de um Estado federado.

O governo federal possui competência que se estende sob o território da federação como um todo, detendo o controle e a execução de algumas funções comuns, possuindo uma quantidade mínima de poderes indispensáveis à manutenção da unidade política e econômica da federação. Aos Estados federados, que têm competência cada uma sobre o próprio território, são determinadas as demais funções e poderes (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1992).

O Estado Federal foi uma criação norte americana do século XVIII. Em 1787, na convenção de Filadélfia, treze ex-colônias decidem ceder parte de suas soberanias, tornando-se autônomas, e constituir um novo Estado, este sim soberano.

O federalismo no Brasil surge a partir de um Estado unitário e não da união de vários Estados. Após à proclamação da República federativa em 1889, é que se viu à necessidade de criarem-se os Estados-membros, aos quais se determinou algumas competências. Segundo Celso Ribeiro Bastos, talvez seja esta uma das razões pelas quais o Brasil nunca tenha tido uma verdadeira federação - com os Estados membros possuindo autonomia real.

Os Estados são considerados federais quando coexistem vários centros de poder político autônomo (Dallari, 1986).

As características fundamentais do Estado federal são as seguintes:

- Ao se unirem para constituírem um novo Estado, aqueles que aderiram à federação perdem a condição de Estado(o nome é dado, mas apenas como artifício político);
- O Estado federal é regido juridicamente pela constituição e não por um tratado;
- O direito de secessão inexistente na federação;
- Só o Estado federal tem soberania. Ao ingressarem na federação os Estados perdem as suas respectivas soberanias, mantendo, contudo, uma autonomia política limitada;
- As atribuições da União e das unidades federadas são fixadas na Constituição por intermédio de uma repartição de competências;
- Fontes de arrecadação próprias a cada esfera de competências;
- O órgão político que dita a vontade dos membros da federação é o senado federal, no qual reúnem-se os representantes do Estado-membros;
- Descentralização política-administrativa constitucionalmente prevista;
- Existência de um órgão constitucional encarregado do controle da constitucionalidade das leis, para que não haja invasão de competências.

3.2. Confederação

A confederação se define pela União de Estados independentes e soberanos, regido por um pacto, um tratado de livre associação, no qual o direito de secessão é reconhecido. Na confederação existe o princípio político de subordinação do poder central aos Estados confederados.

"É um modelo político-administrativo em que os estados membros são autônomos, e a eles cabe a tarefa de gerir e normalizar quase todas as atividades, desde economia, saúde, educação, segurança interna, justiça, saneamento, habitação, etc. Os estados, após se submeterem a um plebiscito, se unem e formam uma confederação, a quem delegam os poderes para manutenção da segurança nacional, relações exteriores, emissão de moedas e outras limitadas atividades administrativas." ("O Sul é meu país", Diário Catarinense; 02/03/95:9)

Numa confederação o governo central limita-se a relacionar-se exclusivamente com os Estados membros, não havendo relação direta com os indivíduos, ou seja, seu poder emana dos governos ou parlamentos dos Estados. Em última instância o poder de decisão esta nas mãos dos Estados.

A confederação é regida juridicamente por um tratado de união de Estados, em que a soberania do Estado participante é preservada. Embora delegue através desse tratado algumas atribuições à União, o Estado participante não perde a sua condição de Estado.

Na Grécia antiga as cidades-Estados formaram as ligas anfictiônica e aquéia, ambas dotadas de órgãos comuns de caráter confederativo. Os Estados Unidos da América e a união dos cantões suíços, antes de se fundirem numa federa-

ção, eram confederações.

As condições históricas que favorecem a formação das confederações são dadas pela necessidade de segurança ou pelas exigências do desenvolvimento econômico. Em busca de solução comum de problemas relativos, a confederação assume a forma de uma união aduaneira ou de uma união defensiva.

"Em geral, o fator histórico que está na base dos fenômenos integrativos das comunidades políticas ligadas entre si é a evolução do modo de produção, que tende a estender as relações sociais a áreas cada vez mais vastas e, conseqüentemente, a acentuar a dependência entre os Estados." (Bobbio, Matteucci, Gianfranco, 1992: 219)

3.3 A Federação Acorrentada

A historiadora Aspásia Camargo tem realizado um estudo sistemático a respeito do federalismo brasileiro, buscando compreender a montagem do sistema federativo no Brasil.

"A federação brasileira foi, em realidade, um grande conluio dentro do qual se abrigaram os mais variados e paradoxais entendimentos, todos levados a cabo em nome da integridade do território e do interesse nacional." (Camargo, 1992:48)

No Brasil o Estado precedeu a nação, e o território precedeu à própria organização do Estado. Nosso federalismo se engendrou através da impossibilidade de se governar tão imenso território e não como ocorreu nos Estados Unidos, de um movimento unificador de Estados independentes e sobera-

nos. (Camargo, 1992)

Aspásia Camargo afirma que a integração territorial foi a principal dimensão estratégica na formação do Estado brasileiro, tal que estados ou regiões são peças importantes do jogo do poder.

Entre 1930 e 1988 (era Vargas) a tendência centralizadora e unitária predominou. Neste período de consolidação do parque industrial, dos sistemas de comunicação e do setor público brasileiro a experiência federalista, na verdade, se limitou a menos da metade do período. (ver anexo I)

O Brasil tem vivido a mais grave crise de sua história. Segundo Aspásia Camargo, as origens desta crise estão vinculadas as condições mesmas que garantiram o êxito do processo de constituição de nossa nacionalidade, e ocorrendo a superação dos pactos importantes que construíram o cerne da nova nacionalidade.

" O acordo patrimonial e o pacto corporativo correspondem as duas etapas históricas diferentes que foram articulados por um Estado cada vez mais centralizado. Este poder central foi, em primeiro momento, grande artífice da unidade territorial e, a seguir, o promotor da industrialização." (Camargo, 1992:46)

Aspásia Camargo observa que estamos sendo penalizados pela "competência" de nossa elite em construir pactos superpostos.

O pacto patrimonial foi o que nos deu a posse e a ocupação de um imenso território. O segundo pacto foi o regional (federalismo oligarquico), o pacto dos governadores.

"Este pacto que deveria ser federativo foi regional. Foi uma invenção muito inteligente de Campos Sales porque conseguiu neutralizar o

congresso que era - como ainda é - mero representante dos interesses municipalistas." (Aspásia Camargo, Istoé; 18/11/92:6)

O terceiro pacto é o pacto corporativo, que se deu com a chegada de Getúlio Vargas ao poder ³. Inicia-se o ciclo do Nacionalismo Desenvolvimentista, a industrialização substitutiva de importações.

Define-se o papel do Estado - visa fomentar a acumulação de capitais, sendo que no plano político ocorrerá a centralização de poder para unificar o mercado nacional e mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento. (Furtado, 1972)

" A revolução de 1930, na medida em que significou um processo crescente de centralização econômica e política (a ponto de em 1937 ter sido realizado uma cerimônia pública de queima das bandeiras estaduais), acentuou a idéia de unidade nacional e atribuiu ao Estado esta tarefa ." (Oliven, 1989:9)

Vargas organizou o Estado moderno, distribuindo cartórios a grupos industriais emergentes que tinham competência para viabilizar o desenvolvimento do país e articulando um pacto regional de distribuição de benefícios e cargos. Incorporou ainda o ideal reformista do Estado-Providência, do Estado que visa promover a prosperidade econômica e harmonizar os conflitos de classe. (Bosi, 1992)

Um país pobre exigia uma alocação de recursos muito limitada. Getúlio priorizou São Paulo e a região Centro-Sul como a locomotiva, a alavanca capaz de impulsionar o

³ Getúlio montou o pacto corporativo absorvendo os dois anteriores (Camargo, 1992:5)

desenvolvimento. Os Estados nordestinos receberam em contrapartida os cargos, repasse de recursos, incentivos e os subsídios para enfrentar a seca (sendo absorvidos pelas oligarquias locais).

" No mesmo tempo em que distribui recursos para viabilizar a industrialização, ele distribui, igualmente, recursos para manter as bases políticas dessa mesma industrialização. Esse contraste Norte-Sul nasceu simultaneamente. Foi obra do Dr. Getúlio. Água do mesmo moinho (...) Getúlio Vargas (...) montou aquela estratégica compensatória de dar poder econômico a São Paulo e o poder político a outros Estados." (Aspásia Camargo, Istoé; 18/11/92:7)

Juscelino Kubitschek para poder viabilizar o desenvolvimento do país teve que sustentar uma administração paralela infiltrada por interesses regionais. Segundo Aspásia Camargo, isto só foi possível porque o Brasil vivia um momento de prosperidade.

Foi decisivo a ação do Estado, garantindo financiamento, crédito estatal a juros baixos ou negativos, subsídios, investimentos em infra-estrutura e indústria de base, taxas diferenciais de câmbio...favorecendo à industrialização do Centro-Sul do país.

Após um período de abertura, de federalismo liberal (1946-64). Com o golpe militar de 64 a federação volta a ser novamente acorrentada (Camargo, 1992), reassumindo características unitária e centralizadora.

O arranjo federativo imposto pelo regime militar se apoiava em quatro pilares: concentração dos benefícios do desenvolvimento econômico na região Sudeste; desequilíbrio da representação política em favor dos estados menos desen-

volvidos e populosos (compensação); concentração do poder decisório em Brasília (executivo); e a acomodação dos distintos interesses regionais por parte da União.

Antonio Kandir afirma que cada um desses pilares foram abalados ou destruídos pela crise econômica e a transição política.

" O governo da União desestruturou-se e já não consegue articular de modo estável e "aceitável" os distintos interesses regionais; a descentralização prosperou, ainda que pela metade, fortalecendo Estados e municípios em prejuízo da União; o legislativo ganhou poder real, o que tornou questão-chave os desequilíbrios na representação; novos pólos de desenvolvimento surgiram fora da região Sudeste, ao mesmo tempo em que diminui a participação de São Paulo no PIB" (Antonio Kandir, *Jornal do Brasil*; 1993:9)

A ruptura do arranjo federativo é simultânea ao término da etapa de substituição de importações e da crescente integração da economia brasileira à economia internacional. Segundo Antonio Kandir, à integração já criou novas oportunidades em regiões antes subordinadas a dinâmica do desenvolvimento concentrado, de uma economia fechada.

" Como em 1831, em 1889, em 1930, um novo pacto está em curso, buscando superar as ambiguidades da federação na nova ordem constitucional, a eterna fragmentação da sociedade civil e os vícios centralizadores da cultura política (...) O problema principal da agenda é o de saber qual seria a principal unidade beneficiada no processo de descentralização: o município ou o estado? Como redefinir novas e velhas competências da União? O sistema de representação dos estados, as relações Norte-Sul e o presidencialismo imperial estão também em discussão. A rigor, é a extensão, conteúdo e a forma do pacto firmado por Vargas nos anos trinta que está no banco dos réus." (Camargo, 1992:5)

CAPÍTULO IV

CRISE E A EMERGENCIA DO SEPARATISMO NO SUL

Nos últimos anos no Brasil vem ocorrendo a emergência de movimentos separatistas, principalmente na região Sul do país. Estes movimentos buscam uma saída para a crise que se aprofundou na década de 80, a "década perdida".

Como já foi visto, o separatismo é uma idéia que vem de longe e em momentos de crise volta à tona, utilizando-se de um discurso defensivo direcionado a setores médios tradicionais (funcionários públicos, profissionais liberais...) que vivem dramaticamente a crise do pacto federativo, vigente durante o período desenvolvimentista (anos 1930-80), que se manifesta hoje na agonia da capacidade de intervenção estatal.

A crise dos anos 80, de expressão internacional, encontrou um Estado passivo, sem capacidade estratégica, voltada à política de curto prazo.

O fim do ciclo desenvolvimentista dá-se concomitantemente à configuração de um quadro internacional, onde o Estado assume nova feição, devido a internacionalização financeira e produtiva.

"Enquanto o grande capital procura espaço mundial, a eliminação de fronteiras e o liberalismo comercial, a classe trabalhadora e o pequeno

capital procuram-se resguardar-se em movimentos nacionalistas, que se estendem por um aumento nas pressões proteccionistas relacionados ao comércio exterior passam pela exclusão de minorias étnicas e religiosas, podendo chegar ao separatismo." (Bello, 1993)

O discurso da crise e da marginalização está presente nos movimentos separatistas do Sul do Brasil, que propõe a secessão como saída para a "crise regional", a qual é uma consequência regional de uma severa crise de abrangência nacional

4.1. O Separatismo no Mundo

Movimentos separatistas se sucedem no mundo inteiro, reivindicando o direito a autodeterminação e à soberania política.

"Portanto discursos e movimentos separatistas sucedem-se no Rio Grande do Sul, no Brasil e pelo mundo afora. A fragmentação do leste Europeu, a multiplicação fantástica de países, a divisão de muitos destes em nações soberanas atestam o vigor de sentimentos locais de identidade e de coesão, multiplicando países. É o triunfo do regional que passou a lutar e exigir contornos nacionais" (Güetfriend,1993:161)

Tendências e movimentos separatistas são historicamente identificadas desde as épocas mais remotas. Nos dois últimos séculos, na maioria dos casos, tem sido caracterizados como movimentos "Nacionalistas" ou de "Libertação Nacional."(Bandeira, 1993)

Assim, houve a formação de países oriundos da desagregação de impérios supranacionais como o Otomano, no sé-

culo XIX, e Austro-Húngaro, após a Primeira Guerra Mundial.

Pedro Bandeira afirma que ocorre uma renovação da tendência de desagregação de estruturas políticas plurinacionais, o que se verifica com o desmantelamento do império soviético, e com a terrível guerra civil na ex-Iugoslávia.

Há casos de minorias nacionais que tem sido insuficientemente absorvidas pela ação homogênea do Estado que os engloba, e que lutam, por meios pacíficos ou não, para conquistar a independência total ou alcançar alguma forma de autonomia. Como exemplos atuais poderíamos citar os movimentos separatistas de Quebec no Canadá, de Gales e da Escócia na Grã-Bretanha e dos Bascos espanhóis.

E à motivos mais estritamente políticos e/ou econômicos, no qual as diferenças históricas ou culturais não desempenham papel proeminente. Exemplo clássico desse padrão é o separatismo dos Estados Confederados do Sul durante a guerra de secessão Norte Americana de 1861 à 1865 (sendo o trabalho escravo o principal motivo do acirramento das contradições interregionais).

No caso brasileiro Bandeira conclui:

"Os fatores capazes de levar um movimento desse tipo a ganhar expressão, adquirindo um maior apoio popular em nosso meio, teriam de ser, necessariamente, de natureza estritamente política ou econômica." (Bandeira, 1993:210)

O Precedente autonomista (a revolução farroupilha - República do Piratini), segundo Bandeira, parece ser o único ponto em que o atual separatismo no Brasil mostra alguma semelhança com o padrão "Nacionalista". Se verifica a não

existência no Brasil de extensas áreas que sejam caracterizadas pela predominância de minorias étnicas ou culturais.

Os movimentos de secessão italiano, ponto de referência aos movimentos separatistas do Sul do país, preconizam a volta das pequenas nações que existiam na Itália antes de sua unificação. As "Liga do Norte" e "Lombardi", importantes movimentos políticos, lutam pela separação do Norte da Itália (rica e industrializada) do Sul da Itália (pobre e atrasada).

4.2. O Separatismo no Sul do Brasil

Existem no Brasil dois focos separatistas que se destacam: o primeiro se localiza na região Sul do país e o outro no Nordeste. Ambas propostas se articulam em grupos sociais de renda mais elevada.

No Nordeste os separatistas argumentam que a política econômica patrocinada pelos grandes capitais sulistas possibilita uma drenagem permanente dos recursos dos estados em pró da industrialização e do progresso do Sul (Sampaio, 93).

Aspásia acha que "o gravíssimo conflito Norte-Sul que se reproduz no país favoreceu o surgimento das distorções Compensadas", ou seja, a depender do ângulo que se olha a vantagem pode ser do Brasul ou do Brasnorte - Enquanto o Sul se queixa de distorções na representação política, o Norte-Nordeste reclama da fatia enorme do orçamento nacional que segundo Aspásia, através de incentivos e subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), se desloca para obras no Sul." (Aspásia Camargo, Istoé Senhor; 11/12/91:38)

Manifestações separatistas vem acontecendo de um extremo a outro do país, mas é no Sul que o separatismo tem com mais vigor. No Rio Grande do Sul, aonde a idéia seccionista é bastante forte, existem hoje mais de vinte movimentos separatistas.

A questão separatista no Rio Grande do Sul não é nova, havendo a reedição por parte das elites econômicas e políticas das queixas farroupilhas de um forte sentimento de marginalização baseado na suposta perda de importância econômica e política do Estado em relação ao resto do país⁴.

Em Alegrete, extremo Sul do país, Osvaldo Guerra Júnior (superintendente do matadouro da Corporativa Rural Alegretense), apesar de não ser favorável ao separatismo, conclui - importante é um sistema verdadeiramente federalista, onde o Rio Grande do Sul veja de volta parte substancial dos impostos que gera pois "do jeito que está não dá".

Os defensores do separatismo contestam a exploração e a discriminação que a região Sul vem sofrendo pelas autoridades federais.

"Estamos oprimidos no Sul. Quem comanda o Brasil são o Norte e o Nordeste, no Sul não há indústria da seca e mesmo assim estamos sobrecarregados com impostos dos quais não vemos retornos". (Miguela A. Dorian, IstoÉ; 02/06/93:53)

"Nós produzimos, arrecadamos e na hora da dis-

⁴ Rubem G. Oliven, demonstra, que na verdade o que se sucedeu com a economia gaúcha é bem diferente. Analisando os dados da economia gaúcha, conclui que o Rio Grande do Sul continua sendo um Estado rico e produtivo. (Oliven, 1889:12)

tribuição, volta muito pouco". (Plínio De-
nes, Istoé Senhor; 11/12/91:33)

Os Estados do Sul se consideram lesados pela União em benefício dos que não produzem. A tendência é a parte rica querer se livrar da mais pobre. (Camargo, 1992).

Há ressentimento contra o governo federal, contra o "centralismo brasiliense", o qual estaria "sob o comando das elites nordestinas", dominada pela política clientelista, pela corrupção, constituindo numa continua drenagem de recursos em detrimento do Sul e do Sudeste.

Em nome da autonomia, da descentralização administrativa, se propõe a completa independência econômica e política a nível regional.

"A voz corrente entre alguns grupos espalhados em vários pontos do país é que o Brasil para progredir, precisa se desmembrando em vários países pequenos. É a tese do separatismo, que vem iludindo muitas pessoas de bem." (Plínio de A. Sampaio, Família Cristã; 04/93:48)

4.2.1. Movimento "República do Pampa Gaúcho"

No Estado Gaúcho se destaca o polemico movimento pela criação da República do Pampa liderado por Irton Marx (Santa Cruz do Sul), o qual têm uma convivência difícil com os demais grupos separatistas devido ao extremismo e autoritarismo de suas posições.⁵

⁵ Num momento em que manifestações racistas e neofascistas são um fenômeno mundial, o extremismo de suas posições torna constrangedor até mesmo aos simpatizantes da causa

Teve ampla repercussão uma matéria do "Fantástico" (em 1994) falando sobre o projeto em andamento de separação da região Sul do Brasil - novo país, com base geográfica no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, eventualmente Paraná. (anexos II e III)

A reportagem apresenta seu idealizador, Irton Marx, junto à bandeira concebida para o Novo País (a bandeira pampeana recorda a bandeira nazista), ao lado de um cão pastor alemão explicando as razões da separação.

A matéria ironiza o movimento atribuindo-lhe um caráter preconceituoso e lunático, o qual direciona seus ódios para o Nordeste brasileiro.

A jornada da República do Pampa teve início em 1990 com o lançamento do livro "Vai nascer um novo país: República do Pampa Gaúcho", de autoria de Irton Marx.

"O livro de Marx reunia em 27 capítulos desde os princípios da República do Pampa até o seu sistema tributário, nomes de suas províncias e normas de conduta social de seus habitantes" (Molon, 1994: 108)

As idéias de Marx aos poucos vão se tornando conhecida nacionalmente. O fascismo de sua pregação se manifesta em trechos do livro que são amplamente veiculados. O negro "deve abandonar costumes e hábitos medievais", deve "assumir compromissos com a vida procurando andar de forma reta, tendo bons modos(...) deve aprender a ser mais caprichoso e não jogar o seu salário fora(...) e buscar na própria gente o seu companheiro ou companheira de vida".

O Brasil, graças ao caráter de sua gente

(oportunista, egoísta e presunçosa), ao sistema político estabelecido pelas "atrasadas e medievais oligarquias nordestinas" e ao domínio econômico de São Paulo (responsável pela dívida externa e pelo "quadro inflacionário e econômico") estaria sendo conduzido ao desastre. A solução definitiva para a crise sócio econômico e moral seria o separatismo.

Irton Marx, é bastante hábil em articular a memória histórica do gaúcho - o gaúcho altaneiro, amante da liberdade e que não baixa a cabeça nunca.

Todo mundo que fala da independência do Rio Grande do Sul começa com a revolução farroupilha - grande símbolo da liberdade do Rio Grande do Sul. Marx não é diferente e inicia seu livro falando sobre a saga farroupilha.

Rio Grande do Sul unido contra o Brasil, contra a exploração e a espoliação vinda lá de cima é a imagem defundida "Nosso rincão teve de lutar com suas próprias forças". O tipo de ideário que ele incorpora é o que está na roda no Rio Grande do Sul a bastante tempo, não está inventando nada. Segundo Sandra Passavento(1994), Marx irá incorporar uma questão que é nova no Brasil, que é a questão do Nordeste. Isto se deu nos estados do Sul, na medida em que os imigrantes começam aparecer como "aquele que tira o trabalho do nativo da terra". Sandra Passavento expõe que o Rio Grande do Sul nunca se colocou contra o Nordeste, mas sim contra o Brasil.

Políticos do Sul em geral aderem ao sentimento an-

tinordestino: além do Estado nacional, o inimigo é o Nordeste.

"O Rio Grande do Sul mandou para o Nordeste nos últimos 20 anos mais que os Estados Unidos para reconstrução da Europa arrasada pela Segunda Grande Guerra. Nada menos que US\$ 20 bilhões!" (Alceu Collares, Istoé; 02/06/93:49)

O gaúcho é retratado como exímio trabalhador, em detrimento do resto do Brasil que são amantes das praias, do ócio e da boa vida. Esta é a construção do gaúcho superior ao Nordeste...

4.2.2. Movimento "O Sul é o Meu País"

Em Santa Catarina e no Paraná se destaca o movimento "o Sul é o meu país", liderado por Aldicio Cadorin (Laguna), o qual vem promovendo estudos e debates divulgando as idéias separatistas.

No II Seminário de Lideranças Separatistas (05 e 06 de junho de 1993), o movimento "O Sul é o meu país" tomou duas posições importantes:

- Retirou a palavra "separatista" do movimento;
- Incluiu dentre os objetivos da instituição a luta pela transformação do Brasil em confederação, passo inicial para a secessão plena.

Foi suprimida a palavra "separatista" devido ao negativismo que a mídia internacional emprestou a esta palavra, em decorrência do conflito étnico na Iugoslávia; devido aos problemas enfrentados com a Polícia Federal; e a re-

percussão negativa nos meios de comunicação após a entrevista de Irton Marx ao programa "Fantástico", o qual passou a ser conhecido nacionalmente como o "Fuher dos Pampas".

A segunda decisão, a mais importante, foi inserir no estatuto do movimento o objetivo de se buscar o ideal de estados independentes e confederados.

"Pela proposta, os Estados seriam considerados como nações independentes e se uniriam nas questões convergentes (...) Além do mais, uma vez constituindo-se em Estados independentes e confederados, estará sendo dado o passo inicial para plena autonomia, o que poderá acontecer com o desligamento do Estado que entender não lhe ser conveniente a permanência na confederação." (Editorial, "O Sul é o meu país"; jun./93)

Santa Catarina terá plebiscito consultivo sobre confederação. O Projeto-Lei dos separatistas foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, sendo remetido ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, que deverá designar data para a realização do plebiscito ainda em 1995.

Segundo Adilcio Cadorin, se busca através da consulta a ser feita à população aferir se a mesma possui o desejo de maior autonomia administrativa ou se prefere manter o atual sistema centralizador brasileiro.

O movimento "O Sul é o meu país" propõe uma revisão constitucional exclusiva e proporcional, mudando o atual sistema federativo para o regime confederado, posteriormente referendado pela população através de um plebiscito nacional.

"Todas as regiões do Brasil possuem condições de prosperidade. O entrave está na federação que os aprisiona". (J. Franco, "O Sul é o meu país"; set./93)

O discurso da injustiça está presente no dia a dia do movimento - "castigamos com elevados impostos a quem trabalha"; "a falta de investimentos dos recursos captados no Sul e que não retornam para os mesmos"; "a farsa da representação política"; "Estado centralizador, corrupto e clientalista, dominado pelas elites nordestinas".

A imensa crise econômica, política e social é devidamente explorada, como meio de acentuar o ideal separatista como solução para essa crise.

A exemplo das Liga do Norte e Lombardi na Itália, o movimento "O Sul é o meu país" procura se transformar num importante movimento político, buscando pela via legal (Revisão Constitucional ou Plebiscito) a independência do Sul do Brasil.

Para Aldicio Caldorin a confederação é a "antítese" do centralismo arcaico de Brasília ("síntese"- a secessão, um novo país). Segundo Aldicio Caldorin, o centralismo brasileiro é que faz do Brasil uma nação de terceiro mundo.

Cadorin "tira o coelho da cartola" e apresenta a solução - o modelo Suíço, que tão logo elevaria o Sul ao primeiro mundo.

"Para o presidente do movimento 'O Sul é o meu país', o sistema Suíço evita a centralização de poder, e que a forma encontrada por aquele país lhes dá invejável condição de nação com a economia mais estável e melhor padrão de vida do mundo" (Queiroz, 1994:18)

4.3. Causas Político-Econômicas do Atual Separatismo

Além dos fatores já examinados (antecedente autonomista-República do Piratini/República Juliana; indentidade regional própria; conjuntura internacional favorável à movimentos de secessão), contribuem também para a emergência do separatismo no Sul do Brasil fatores políticos e econômicos que têm acentuado as contradições inter-regionais no Brasil.

4.3.1. A Crise Econômica

A falência do Estado desenvolvimentista desempenha um papel-chave no florescimento das idéias separatistas, pelo fato de ele não mais ter condições de sustentar o crescimento econômico e de atender às demandas sociais crescentes.

No final dos anos 70 o Estado desenvolvimentista esgotou suas fontes de financiamento e entrou em crise. A manifestação maior dessa crise é a explosão do "déficit" do setor público e a elevação de sua dívida externa.

Ocorre uma profunda desestrutururação das finanças públicas, diminuindo o volume de recursos de que dispõe o governo federal, o qual torna-se cada vez menos capaz de administrar e atender os distintos interesses e demandas regionais. Vem acontecendo uma ampla disparidade na distribuição de recursos federais entre as diferentes regiões e

estados brasileiros.

Segundo o relatório da Comissão de Desequilíbrio Econômico do Congresso Nacional a Região Sul está longe de receber de volta o que produz.

De acordo com os recebimentos dos incentivos fiscais e financeiros da união, a região sul ficaria a frente somente da região Centro-Oeste, apesar de ter o segundo PIB Nacional. Neste caso, observou-se que, em 1992, 38,4% dos incentivos fiscais e financeiros destinaram-se à região Norte; 9,5% foram para o Nordeste; 45,2% para o Sudeste; 4,78% para a região Sul e apenas 0,98% para a região Centro Oeste.

Os recursos destinados à região Norte foram sugados basicamente pela Zona Franca de Manaus, beneficiando as subsidiárias das grandes indústrias da região Sudeste, instaladas na Zona Franca de Manaus ("O Sul é o meu país", jan/fev 1994)

Os dados de 1990 para a Região Sul demonstram que apenas Cr\$ 28,5 bilhões da despesa total da união foram realizados nessa região, enquanto que esta contribui com Cr\$ 544,6 bilhões para o governo federal, ou seja, recebe apenas 5,1% do valor que mandou ("O Sul é o meu país", mar./93).

Segundo o Almanaque Abril, no orçamento de 1992 o governo federal distribui os recursos que arrecadamos da seguinte forma:

Centro-Oeste: Cr\$ 44.800,00/hab.; -Nordeste: Cr\$

27.000,00/hab.; -Norte: Cr\$ 43.500,00/hab.; -Sudeste: Cr\$ 5.000,00/hab.; -Sul: Cr\$ 2.500,00/hab.

Números como esses unem separatistas de todos os cantos do Sul.

4.3.2. Distorções no Sistema Representativo

Uma das questões mais argumentadas pelos separatistas diz respeito à desproporcionalidade da representação dos Estados no Congresso brasileiro e o favorecimento dos Estados menos populosos e de menor participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Quanto à questão representativa o anexo IV traz alguns subsídios para análise das reivindicações separatistas e constata de fato a existência da desproporcionalidade.

Essas distorções aprofundaram-se com uma medida casuística tomada pelo governo militar na década de 70 com o objetivo de assegurar maioria no Congresso Nacional. Com a Constituição de 1988 este "entulho autoritário" não foi removido, agravando os desequilíbrios na representação com o fortalecimento do legislativo.

4.3.3. O Clientelismo a Serviço das Elites Nordestinas

Há uma percepção que se generaliza no Sul e Sudeste de que subsiste um comportamento diferenciado de suas eli-

tes políticas em relação as elites das demais regiões, mais especificamente Norte-Nordeste.

Enquanto no Centro-Sul predominaria valores étnicos mais elevados, a vida política mais civilizada e moderna, nas demais regiões haveria o predomínio do clientelismo, da corrupção, praticadas por uma elite atrasada e parasitária, acostumada a utilizar recursos públicos com fins privados.

Tomadas em conjunto, as distorções no sistema de representação, o clientelismo e o uso eleitoreiro de verbas no Norte-Nordeste implicariam uma contínua transferência de recursos em detrimento do Sul e do Sudeste.

"Essa drenagem estaria obstaculizando o desenvolvimento econômico do Sul e do Sudeste, na medida em que a alocações inadequada das Verbas Federais impediria que fossem feitas investimentos em infra-estrutura nessas regiões. O fluxo indevido de recursos para o Norte-Nordeste constituir-se-ia em uma barreira que impede o acesso das economias do Sul e do Sudeste à prosperidade e à modernidade" (Bandeira, 1993:212)

Esse conjunto de percepções tem sido a causa básica da crescente popularidade do separatismo no Sul do Brasil.

CONCLUSÃO

O separatismo, assunto polêmico que desperta ódio, paixões e sentimentos regionais arraigados que podem descambar para o racismo e a violência, reaparece em momentos de profunda crise econômica, política, social e de identidade como a que estamos vivendo.

Antecedentes históricos (República Juliana/revolução farroupilha), as transformações internacionais e a erosão dos Estados nações, bem como as deformações do Estado brasileiro favorecem o surgimento de propostas separatistas.

A médio e a longo prazo os movimentos de secessão poderão adquirir um apoio popular cada vez maior no Brasil se não forem removidos os fatores que determinam o agravamento das tensões inter-regionais no país. Obviamente, o primeiro desses fatores é a crise econômica. Os outros dois fatores dizem respeito à injustiça na distribuição dos tributos e na representação política do Sul no congresso nacional. Existe base real para a proliferação do separatismo, não podemos ignorá-los. Cresce o sonho separatista no Sul do Brasil.

Os elementos irracionais (preconceito, racismo)

presente nos discurso e na prática dos separatistas "é o combustível que alimenta esta quimera".

Existe um sentimento separatista no Sul do país, de que "nós somos primeiro mundo por vocação. O resto do Brasil não permite que realizemos esta vocação". As propostas separatistas substituem o sonho do Brasil potência pelo do Sul rico.

Ao analisar a questão separatista no Sul do Brasil, temos, de um lado, um povo que se acha diferente, superior e que se encontra numa imensa crise e, de outro, um momento em que movimentos de sesseção, manifestações racistas são uma realidade no mundo inteiro.

No Rio Grande do Sul, propostas elitistas surgem em decorrência da crise econômica e do esvaziamento político do Estado. Na verdade, os gaúchos querem a recuperação de seu poder e prestígio diante dos grandes centros industriais, como São Paulo. Não é outro o conteúdo do discurso que hoje reclama um melhor tratamento do Rio Grande do Sul na distribuição de verbas federais.

Enquanto nos Estados Unidos da América, os estados ricos lutaram pela união (para que o desenvolvimento levasse uma nação rica e forte), no Brasil os estados ricos propõe a desunião, a divisão de um país que, às vezes por milagre, manteve-se unido.

Os separatistas não percebem as vantagens que a manutenção da unidade nacional proporciona: um grande mercado, com uma população de 150 milhões de habitantes, possi-

bilitando uma fantástica economia de escala, aberto ao livre deslocamento dos fatores de produção.

Desconhecem o processo de globalização da economia, onde a concorrência capitalista está inteiramente baseada na inovação tecnológica, a qual requer elevadas escalas de produção, possíveis apenas aos grandes mercados consumidores.

O Brasil, defasado tecnologicamente, com o desmembramento, formaríamos "países" sem um grande mercado interno e sem condições de disputar o mercado externo com os países que estão na dianteira tecnológica. Seria surpreendente que no exato momento em que os países desenvolvidos buscam construir um ambiente que nossa formação histórica nos legou, o Brasil começasse a pensar em desmembramento.

Os separatistas ignoram que o desenvolvimento do Centro-Sul não teria sido possível se estivessem separado do resto do Brasil. As exportações e o poder de endividamento do Brasil inteiro possibilitaram o financiamento de grande parte das indústrias do Sul. Devido a política protecionista os consumidores do resto do Brasil tiveram que comprar os produtos das nascentes indústrias do Sul, mais caras e de menor qualidade. Foram concentrados no Centro-Sul grandes investimentos federais como portos, ferrovias, rodovias, hidrelétricas ... nos últimos 50 anos.

O crescimento econômico no Brasil tem levado a uma sociedade apartada. Os separatistas estão preferindo dividir o país entre ricos e pobres para não mudar o tipo de desenvolvimento excludente.

Na verdade as atuais propostas separatistas no Sul do Brasil são uma resposta fascista à crise nacional. Em nome da correção dos desequilíbrios federativos (camuflando suas reais intenções) usam as diferenças como arma, fundamentada no preconceito e na discriminação. (Lisboa, 1993)

Já não se pode ignorar o sentimento separatista que vêm sendo difundido nos estados do Sul por figuras da elite regional. Impulsionado por pessoas sem expressão até que Alceu Collares, político de expressão nacional, resolveu assumir uma postura preconceituosa em relação ao Nordeste.

O ímpeto separatista se reduziria à medida que houvesse a retomada do crescimento econômico com a consequente recuperação da capacidade de financiamento do setor público e permitindo um melhor atendimento das reivindicações regionais por parte do governo federal; acontecesse a redefinição dos critérios que orientam a alocação regional dos recursos federais, impossibilitando a ocorrência das disparidades excessivas; ocorresse a mudança no sistema representativo; e houvesse a implementação de uma verdadeira federação no Brasil, que levasse em conta a descentralização do poder (a questão da autonomia e da identidade regional).

Entendemos que a saída para a crise do Estado nacional brasileiro passa necessariamente pela redefinição da forma de nossa federação, possibilitando a descentralização do poder, o aprofundamento da democracia. É preciso incorporar a discussão da autonomia e da identidade regional dentro de uma perspectiva transformadora radical e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Pedro S. A Ressurreição do Separatismo no Brasil.
In Indicadores Econômicos - FEE, nº 20(4) Porto Alegre,
Janeiro de 1993.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São
Paulo. Ed. Saraiva, 1982.
- BELLO, Terezinha da Silva. O Movimento Separatista e a Cri-
se Econômica. In Indicadores Econômicos - FEE, nº20 (3)
Porto Alegre, nov./93.
- BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO. Dicionário de Política, Brasília.
Ed. Universidade de Brasília.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização, São Paulo. Compa-
nhia das Letras, 1992.
- CAMARGO, Aspásia. A Federação Acorrentada - nacionalismo
desenvolvimentista e instabilidade econômica. Rio de
Janeiro. CPDOC.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elemento de Teoria Geral do Esta-
do. São Paulo. Ed. Saraiva, 1986.
- FRANCO, J. Nascimento. Separatismo: uma idéia que vem de
longe. Parte IV - in: Jornal "O Sul é o meu País":

set/93.

FURTADO, Celso. Análise do Modelo Brasileiro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1992.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Cia Ed. Nacional, 1968.

IANNI, Octávio. A Sociedade Global. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1992.

LISBOA, Armando. Contra o Ódio Separatista. In Política/Opinião, jun./93.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Imperial. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1988.

MOLON, Newton Duarte. Colapso da União: O separatismo no Brasil. São Paulo. Pensieri, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Religião. São Paulo. Paz e Terra, 1987.

OLIVEM, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contravertida. In Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS, nº 9 vol.3, Rio de Janeiro, 1989.

PASAVENTO, Sandra. Palestra sobre Separatismo realizada na UFSC - Segundo Semestre/94.

PESAVENTO, Sandra J. A Revolução Farroupilha. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

PICCOLO, Helga I.L. Da Descolonização à Consolidação da República: A questão do separatismo versus Federação no Rio Grande do Sul, no século XX. In. Indicadores Econômicos - FEE, nº 21(3) Porto Alegre, nov/1993.

POMER, Lion. O Surgimento das Nações: O poder político. São Paulo. Atual Editora, 1985.

PRADO, Maria Ligia. A Formação das Nações Latino-Americanas. São Paulo. Atual Editora, 1986.

QUEIROZ, Hudson. Separatismo: "O Sul é o Meu País" Monografia apresentada na UFSC, novembro de 1994.

SINGER, Paul. A Crise do "Milagre": Interpretação Crítica da Economia. Rio de Janeiro, 1978.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Jornal do Brasil - RJ

Jornal "O Sul é o Meu País" - SC

Diário Catarinense - SC

Revista ISTOÉ - SP - Três

Revista FAMÍLIA CRISTÃ - SP

ANEXOS

ANEXO I

"A FEDERAÇÃO ACORNELADA"

REGIME	PERIODOS	GOVERNOS
autoritarismo	1930 a 1945	Primeiro Governo de Vargas
federalismo democrático	1945 a 1964	Dutra, Vargas, JK, Janio Quadros
autoritarismo militar	1964 a 1974	Castello Branco, Costa e Silva, Médici
autoritarismo militar com abertura política	1974 a 1980	Geisel e Figueiredo
transição democrática	1985 a 1989	Tancredo Neves, José Sarney
federalismo democrático	1989 ...	Fernando Collor

Fonte: CPDOC, 1991.

ANEXO II

MAPA DA REPÚBLICA DO PAMPA GAÚCHO — R.P.G.



Fonte: MOLON, 1994

ANEXO III



Com o Paraná, este seria o mapa da R.P.G.

Fonte: MOLON, 1994

ANEXO IV

PARTICIPAÇÃO DE CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA COM- POSIÇÃO DO PIB DE 1990 EM TERMOS PERCENTUAIS

ESTADO	%	POPULAÇÃO	REPRES.
Acre	0,15	423.243	08
Amapá	0,09	262.944	08
Amazonas	1,40	2.177.316	08
Mato Grosso	0,64	2.023.560	08
Pará	1,45	5.192.444	17
Rondônia	0,31	1.072.704	08
Roraima	0,09	132.984	08
Tocantins	0,15	995.053	08
Alagoas	0,67	2.465.245	09
Bahia	4,80	11.897.734	39
Ceará	1,72	6.532.749	22
Maranhão	1,41	5.202.445	18
Paraíba	0,61	3.350.485	12
Pernambuco	2,57	7.451.535	25
Piauí	0,38	2.728.008	10
Rio Grande do Norte	0,63	2.393.127	08
Sergipe	0,42	1.472.133	08
Espírito Santo	1,71	2.566.590	10
Goiás	1,98	4.184.284	17
Minas Gerais	12,52	16.455.067	53
Rio de Janeiro	10,91	13.969.946	46
Distrito Federal	1,13	1.803.478	08
Mato Grosso do Sul	1,74	1.827.700	08
Paraná	6,32	9.253.964	30
Rio Grande do Sul	7,01	9.356.486	31
Santa Catarina	3,42	4.501.011	16
São Paulo	35,77	33.096.435	60 * 70

Fonte: MOLON, 1994

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

PARTE ESCRITA

1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo- (na area econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5)

b) Metodologia-

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5)

c) Corpo do Trabalho-

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5)

Item 1.1) Média (a+b+c/3) = 6,5 x 5,0 (peso) = 32,5

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5)

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5)

Item 1.2) Média (a+b/2) = 6,5 x 2,0 (peso) = 13

2) PARTE ORAL-

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ (6) 7/ 8/ 9/ 10. (10,5) x 3,0 (peso) = 19,5

NOTA FINAL: 1) PARTE ESCRITA-item 1.1) = 32,5

-item 1.2) = 13

2) PARTE ORAL = 19,5

Soma (Partes 1+2) = 65

Soma/10 (Nota Final) = 6,5

Comissão de Avaliação:
Presidente) Prof. ARMANDO LISBOA

Ass. [assinatura]

(Membro) Prof. CILEDO BARBOSA

Ass. [assinatura]

(Membro) Prof. FRANCISCO GEUNSKI NETO

Ass. [assinatura]

Nome do Aluno

Data Defesa 09.10.1985

REGRER DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

